

## NUCLEO DE PESQUISA

### GRUPOS DE PESQUISA CADASTRADOS NO CNPq PROJETOS DE PESQUISA:

Os Grupos de Pesquisa estão cadastrados no CNPq e no Núcleo de Pesquisa de Direito da UNIMAR.

Participam dos projetos de pesquisa os professores, pesquisadores, mestrandos do Programa de Mestrado em Direito e Professores e acadêmicos do Curso de Graduação em Direito da UNIMAR.

#### **GRUPOS E PROJETOS DE PESQUISA VINCULADOS À LINHA I:**

- RELAÇÕES EMPRESARIAIS, DESENVOLVIMENTO E DEMANDAS SOCIAIS:

1 - GLOBALIZAÇÃO E RELAÇÕES DE TRABALHO:

Líder: Prof. Dr. Lourival José de Oliveira

2 - TRIBUTAÇÃO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E POLÍTICAS PÚBLICAS:

Líder: Prof. Dr. Maria de Fátima Ribeiro

3 - POLÍTICAS PÚBLICAS E INICIATIVA PRIVADA

Líderes: Profa. Dra. Marlene Kempfer Bassoli

4 - CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE, POLÍTICAS PÚBLICAS E REFLEXOS NAS  
RELAÇÕES EMPRESARIAIS

Líderes: Prof<sup>a</sup>. Dra. Soraya Regina G. Lunardi e Prof. Dr. Ruy de Jesus Marçal Carneiro

#### **GRUPOS E PROJETOS DE PESQUISA VINCULADOS À LINHA II:**

-EMPREENHIMENTOS EMPRESARIAIS, PROCESSUALIDADE E RELAÇÕES JURÍDICAS

5 - A TUTELA COLETIVA E AS RELAÇÕES DE CONSUMO

Líder: Prof. Dr. José Luiz Ragazzi

6 - EMPRESA, MODERNIDADE E MUDANÇA SOCIAL:

Líder: Profa. Dra. Jussara Suzi Assis Borges Nasser Ferreira

7 - MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Líderes: Prof. Dr. Paulo Roberto Pereira de Souza e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Adriana Migliorini Kieckhofer

8 - NEOLIBERALISMO, GLOBALIZAÇÃO E SOBERANIA NACIONAL

**Líderes: Profa. Dra. Walkiria Martinez Heinrich Ferrer e Prof<sup>a</sup> Dra. Suely Fadul Villibor Flory**

Av. Higyno Muzzi Filho, 1001 - Campus Universitário - Marília - SP Cep: 17.525-902

Fone (14) 2105-4028 – email: mestradodireito@unimar.br

**GRUPOS DE PESQUISA E PROJETOS DE PESQUISA VINCULADOS À LINHA DE PESQUISA I:**

*Relações Empresariais, desenvolvimento e demandas Sociais*

**01 - GRUPO DE PESQUISA:**

**GLOBALIZAÇÃO E RELAÇÕES DE TRABALHO**

***Linha de Pesquisa I: Relações Empresariais, Desenvolvimento e Demandas Sociais***

*Líder:* Prof. Dr. Lourival José de Oliveira

**Projetos de Pesquisa vinculados ao Grupo de Pesquisa 01 – Linha Pesquisa I:**

a) ***Projeto de Pesquisa: A Importância do Ambiente de Trabalho no Desempenho da Atividade Empresarial***

***Linha de Pesquisa I: Relações Empresariais, Desenvolvimento e Demandas Sociais***

*Coordenador:* Prof. Dr. Lourival José de Oliveira

***Descrição do Projeto:***

O meio ambiente do trabalho deve ser seguro, evitar acidentes, não expondo o trabalhador a condições precárias. Não incorrer em ritmo desumano de trabalho, como por exemplo, jornadas extenuantes ou que lhe afete o lado psíquico, de forma a prejudicar a sua qualidade de vida, atingindo a sua saúde, a família e o desenvolvimento espiritual. Tudo isso passa necessariamente pelo ambiente de trabalho, como forma da produção da própria vida, de tal modo que um meio ambiente de trabalho sadio irá extrapolar a esfera do trabalho. O artigo 170 da Constituição Federal indica que a ordem econômica tem por fundamento a valorização do trabalho humano e como fim assegurar a existência digna de todos, observando-se os princípios contidos nos seus incisos. Em outras palavras, a contrapartida do trabalho deve ser suficiente para produzir uma vida digna para quem trabalha. Ficam aqui delimitados os parâmetros que deve atender o meio ambiente do trabalho e também a pesquisa que se encontra em desenvolvimento. Ou seja, estudar as maneiras de proporcionar um ambiente digno onde aquele que trabalhe possa criar, crescer e desenvolver-se. Sendo assim, o poder diretivo do empregador deve se desenvolver dentro dos parâmetros acima estabelecidos, em especial, pelo princípio da dignidade da pessoa humana, que se traduzem em essência, na proteção à vida, liberdade, segurança, privacidade e a não agressão ao direito e a proteção à intimidade. Considera-se abuso do poder do empregador, quando este se manifesta de forma a extrapolar o poder diretivo, ou seja, em desacordo com a harmonia que deve reinar no ambiente de trabalho, cabendo ao empregado oferecer o seu direito de resistência. Até o momento foram feitos levantamentos da legislação pertinente ao meio ambiente, centrando-se no meio ambiente do trabalho, selecionado material bibliográfico, reuniões com a análise de projetos e iniciativas voltadas à preservação e recuperação do meio ambiente laboral e análise sobre as doenças profissionais e os danos empresariais sofridos por conta de um ambiente doente. Em um segundo momento buscará levantar propostas com vistas a analisar a eficiência dos meios processuais colocados à

disposição para proteção deste patrimônio, a atuação das entidades de classe e dos órgãos governamentais em busca deste objetivo.

*Palavras-chave:* Meio Ambiente de Trabalho – atividade empresarial

*Período:* 2008/2010

*Situação Atual:* Em andamento.

**b) Projeto de Pesquisa: Trabalho Terceirizado no Direito Brasileiro: Avanço ou Retrocesso dos Direitos Sociais?**

**Linha de Pesquisa I: Relações Empresariais, Desenvolvimento e Demandas Sociais**

*Coordenador:* Prof. Dr. Lourival José de Oliveira

*Descrição do Projeto:*

As organizações empresariais assumiram no final do século XX e início do atual uma nova forma organizacional, repercutindo diretamente nas relações de trabalho. No Brasil este fenômeno foi mais recente, sendo notado principalmente no início da década de 90. A antiga organização, baseada na divisão de tarefas deu lugar à descentralização gerencial, com a conseqüente descentralização produtiva, principalmente com vistas à redução de custos para aumentar o poder de competição empresarial. Dentre as várias estratégias adotadas, desponta-se o processo de terceirização do trabalho, com o aumento da criação de empresas interpostas que passaram a se incumbir de parte das tarefas que antes estava concentrada em uma só organização produtiva. A terceirização dos métodos ou formas de produção passa a fazer parte deste novo modo de produzir. Contudo, no Brasil, em vários setores da produção, a terceirização está contribuindo ainda mais para a precarização do trabalho, a partir do momento que o empregado vinculado a estas empresas de trabalho terceirizado passa a ser tratado de forma discriminada, constituindo-se em algo que está contribuindo para a desvalorização do trabalho humano no Brasil. O mesmo processo de terceirização em outros países é pautado em normas de ordem pública que impõem a responsabilidade solidária da empresa tomadora do trabalho terceirizado bem como a constituição da empresa de terceirização a partir do momento que a mesma apresenta condições de responder por suas ações (caso da Espanha), exemplo que ainda não é seguido pelo Brasil. Também, a limitação da terceirização para as atividades meio não está contribuindo para a otimização do trabalho terceirizado ou o não cometimento de fraudes, devendo ser revista esta equação. É importante ressaltar que a terceirização do trabalho humano faz parte da reorganização empresaria, devendo no entanto guardar o respeito aos princípios que encontram-se instituídos na Constituição Federal, principalmente nos artigos 170 e 193, que instrumentalizam a realização dos valores que fundam a República Federativa do Brasil, sem os quais não pode se dar o trabalho intermediado por empresa interposta.

*Palavras-chave:* Terceirização, reestruturação produtiva, descentralização das atividades empresariais.

*Período:* 2006/2007

*Situação Atual:* Concluído

**c) Projeto de Pesquisa: Direito, Globalização e as Novas Relações de Trabalho**

**Linha de Pesquisa I: Relações Empresariais, Desenvolvimento e Demandas Sociais**  
Coordenador: Prof. Dr. Lourival José de Oliveira

*Descrição do Projeto:*

Com o processo de globalização, a empresa passou a concentrar parte do poder que antes pertencia quase que exclusivamente ao Estado. Ao mesmo tempo, passou também a desempenhar uma função de máxima importância na produção e distribuição de bens, assumindo a obrigação de gerar um crescimento sustentável de modernização produtiva, de forma a atender as necessidades de produção dentro de um mercado competitivo, que a cada vez exige a redução de custos e a melhoria da quantidade/qualidade nos produtos produzidos. Para o cumprimento dos objetivos apresentados e visando um processo sustentável de modernização, a empresa promoveu mudanças substanciais nos seus modos de produção (automação, informatização). Por outro lado, em um país periférico como é o caso do Brasil, houve significativa redução do número de empregos, resultado em parte desse novo modo de produzir. Como consequência, não houve por assim dizer, ao mesmo tempo em que se buscou o chamado crescimento sustentável, a mesma preocupação no que se refere ao melhoramento dos salários e da qualidade de vida da população, concluindo-se em tese que a empresa brasileira não está cumprindo o seu papel na sociedade. Com o avanço da chamada “teoria da empresa”, amparando-se também no desenvolvimento das próprias ciências sociais (administração, economia, sociologia e etc.), apareceu uma nova concepção de direito empresarial, contido em uma nova interpretação do fenômeno empresarial, constituído pelo empresário, atividade empresarial, pelo patrimônio empresarial, com a convergência de interesses, tornando-se a empresa por consequência, um conjunto orgânico, reunindo empresários, trabalhadores e sociedade em geral. Dela depende diretamente a subsistência da maior parte da população ativa, principalmente através do trabalho assalariado. Por esta razão é importante situar a empresa como centro das atenções, ainda daqueles que diretamente não estejam empregados ou os que estão avessos ao mundo econômico. Em um primeiro momento tem-se a necessidade de ser efetivada uma ação conjunta entre os trabalhadores, o Estado e os empresários, visando fazer de todas as metas uma única e principal meta, sob o risco de não ser cumprida a finalidade da empresa moderna, que é a melhoria das condições de vida em sociedade. Os compromissos assumidos pelo Estado junto aos órgãos de financiamento internacional fizeram com que crescentes processos de privatização contribuíssem com a perda de parte de sua potencialidade, causada principalmente pela escassez dos investimentos públicos. Ao mesmo tempo em que o Estado moderno periférico sofre esse processo de “redução”, a empresa se transforma, cresce sua importância na sociedade, alterando sua estrutura, envolvendo-se nos complexos problemas econômicos e sociais. Por conta dessas modificações, tem-se um efeito direto no Direito do Trabalho, de forma que se torna necessário avaliar toda a importância nesta nova e complexa conceituação de empresa. As inovações técnico-organizacionais, as hierarquias funcionais, a participação dos empregados nos destinos da empresa, as novas demandas de mercado, os processos de automação, a flexibilização funcional, a nova noção territorial de produção e a recomposição de empregos são alguns dos pontos de estudo e de avaliação necessários para a compreensão dessa nova realidade empresarial.

*Palavras-Chave:* Direito – Globalização- Trabalho

*Período:* 2004/2005

*Situação atual:* Concluído em 2005.

**02 - GRUPO DE PESQUISA:**

TRIBUTAÇÃO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E POLÍTICAS PÚBLICAS

**Linha de Pesquisa I: Relações Empresariais, Desenvolvimento e Demandas Sociais**

*Líder:* Profa. Dra. Maria de Fátima Ribeiro

**Projetos de Pesquisa vinculados ao Grupo de Pesquisa 02 – Linha de Pesquisa I:**

a) *Projeto de Pesquisa:* **A Tributação na Ordem Econômica e a atuação do Estado com a implementação de Políticas Públicas**

**Linha de Pesquisa I: Relações Empresariais, Desenvolvimento e Demandas Sociais**

*Coordenadora:* Profa. Dra. Maria de Fátima Ribeiro

*Descrição do projeto:*

Na presente proposta pretende-se desenvolver estudo sobre um novo modelo de Estado brasileiro através de uma releitura das dimensões fiscais. Tal análise abordará as políticas tributárias e o desenvolvimento econômico à luz da Constituição Federal, passando pelos incentivos fiscais e subsídios para diminuição das diferenças regionais. Como enfoque central, buscar-se-á analisar as importantes questões tributárias envolvendo a justiça tributária, os princípios tributários bem como a análise paralela sobre a ordem econômica no artigo 170 e seguintes da Constituição Federal. Na seqüência, irá avaliar as propostas de reformas tributárias, demonstrando que o Estado brasileiro contemporâneo deverá implementar política tributária para a aplicação de práticas do desenvolvimento econômico e social, através de políticas públicas, considerando as características específicas das regiões brasileiras, sem desbordar as conotações internacionais dos tratados e convenções que o Brasil faz parte.

*Palavras-Chave:* Tributação - Ordem Econômica - Políticas Públicas.

*Período:* 2009-2011

*Situação atual:* Em andamento.

b) *Projeto de Pesquisa:* **Os Incentivos Fiscais Ambientais e o Princípio da Igualdade Tributária: Análise Crítica**

**Linha de Pesquisa I: Relações Empresariais, Desenvolvimento e Demandas Sociais**

*Coordenadora:* Profa. Dra. Maria de Fátima Ribeiro

*Descrição do Projeto:*

**Trata-se de análise dos incentivos fiscais ambientais concedidos e o atendimento ao princípio da igualdade entre os beneficiados por tais incentivos. Por primeiro é apresentado estudo sobre a competência tributária em matéria ambiental e posteriormente sobre as isenções e incentivos fiscais. Em caso de concessão de benefícios fiscais, cabe ao legislador aprovar leis que atendam os princípios**

constitucionais tributários, especialmente o da igualdade e o da capacidade contributiva. Ao Poder Judiciário cabe a análise das situações tidas como excessivas ou fora do alcance da legislação e verificar se as pessoas que se encontram nas mesmas situações que os que forem contemplados com tal benefício sejam a elas dadas às mesmas prerrogativas ou se devem ser suspensos os efeitos da lei, não se aplicando a nenhum contribuinte.

**Palavras-Chaves:** INCENTIVOS FISCAIS AMBIENTAIS – PRINCÍPIO DA IGUALDADE TRIBUTÁRIA – EXTENSÃO DO BENEFÍCIO.

**Período:** 2006/2009

**Situação Atual:** Concluído

b) *Projeto de Pesquisa:* Estado Contemporâneo, Demandas Sociais e Políticas Tributárias em País de Modernidade Tardia

**Linha de Pesquisa I:** Relações Empresariais, Desenvolvimento e Demandas Sociais

*Coordenadora:* Profa. Dra. Maria de Fátima Ribeiro

*Pesquisador:* Prof. Dr. Ruy de Jesus Marçal Carneiro

*Descrição do Projeto:*

O projeto tem como objetivo dimensionar a estrutura e o papel do Estado de feição contemporânea, em âmbito de capitalismo periférico, tabulando a pesquisa com as políticas tributárias que oxigenam as reformas estruturais em andamento. Cogita de um novo modelo de Estado brasileiro, inserido na justaposição hemisfério norte/desenvolvido e hemisfério sul/dependente, sob manipulação de uma contextualização de poder triádico. O projeto promove uma releitura das dimensões fiscais do entorno político brasileiro, no antigo sistema colonial, no imperialismo informal da Segunda fase da Revolução Industrial e no contexto contemporâneo de políticas econômicas globalizantes. O projeto vislumbra as políticas tributárias brasileiras como tipos weberianos ideais de modelos de acumulação primitiva e de acomodação de interesses transitórios. Faz acurado levantamento semiológico das exações de nosso modelo tributário, percebendo a dicotomia tributos vinculados/tributos não vinculados como instrumental retórico que disfarça a guerra fiscal, em ambiente de federalismo vertical. Aponta a utilização sistemática de contribuições como elemento de projeto de concentração de receitas sob a guarda do poder central federal, em detrimento de realidades normativas constitucionais ônticas outras, como estados e municípios. O projeto avalia as razões explicativas de tal comportamento normativo, que asfixia ensaios pretéritos de desenvolvimento sustentável. Enfoca o Estado brasileiro como mediador entre interesses de instituições financeiras internacionais e centros tradicionais internos de domínio: denuncia que focos oligárquicos aliaram-se a atores globais. Avalia propostas de reformas tributárias declinadas a partir de meados da década de 80, quando o ideário conservador do reaganismo e do tatcherismo ganhou o espaço ideológico do pós-guerra, anunciando o fim da guerra fria, sufocando utopias, encerrando a história e apresentando o último homem, na denúncia de Francis Fukoyama. O projeto analisa pragmaticamente a realidade local, demonstrando que o Estado brasileiro contemporâneo implementa política tributária de malignidade mefistofélica, prestando-se a atender interesses vinculados aos atores do Consenso de

Washington, promovendo internamente o empobrecimento e o desmanche da infraestrutura necessária para o implemento de práticas de desenvolvimento sustentável.

*Palavras-Chave:* Estado - Políticas Tributárias – Modernidade.

*Período:* 2004/2006

*Situação atual:* Concluído – dezembro – 2006.

### **03 - GRUPO DE PESQUISA:**

#### **POLÍTICAS PÚBLICAS E INICIATIVA PRIVADA**

*Linha de Pesquisa I:* Relações Empresariais, Desenvolvimento e Demandas Sociais

*Líder:* Profa. Dra. Marlene Kempfer Bassoli

#### **Projetos de Pesquisa vinculados ao Grupo de Pesquisa 03 – Linha de Pesquisa I:**

a) *Projeto de Pesquisa:* **Estado e Empresas: Políticas Públicas e Empresariais para um projeto de desenvolvimento econômico social responsável**

*Linha de Pesquisa I:* Relações Empresariais, Desenvolvimento e Demandas Sociais

*Coordenadora:* Prof<sup>a</sup> Dra. Marlene Kempfer Bassoli

#### *Descrição do Projeto:*

A Constituição Federal Brasileira trouxe ao ordenamento jurídico a partir de 05 de outubro de 1988 uma nova ordem jurídico-econômica que aponta, entre as estrutura deste sistema os direitos à livre iniciativa, à livre concorrência e à justiça social. Tanto a livre iniciativa quanto a livre concorrência são normas que compõem, também, a racionalidade econômica do estado liberal e neoliberalismo. Neste plano as relações são norteadas pela valorização do capital, do lucro, do consumo e da segurança jurídica. O conceito de justiça social para a ordem jurídico-econômica atual não tem o mesmo conteúdo para a racionalidade econômica referida. Para a primeira, justiça social deve ter por fundamento a ética, destacando-se entre os valores jurídicos o valor da igualdade em seu aspecto material (Art. 5º CF). Enquanto que para a racionalidade mencionada o conceito de justiça social abarca o valor jurídico da igualdade em sua percepção formal e nem sempre a ética o integra. À vista do atual ordenamento jurídico brasileiro pode-se afirmar que novos paradigmas devem ser considerados para as relações econômicas no mercado interno e para os governos brasileiros: devem conduzir-se levando em consideração a necessidade do resgate da dívida social brasileira. A responsabilidade para enfrentar esta realidade está distribuída entre os governos, os agentes da atividade econômica e a sociedade civil. Conforme classificação adotada pelas ciências sociais esta divisão corresponde ao 1º, 2º e 3º setor, respectivamente. Para enfrentar este compromisso (resgate da dívida social), os agentes do 1º, 2º e 3º setores têm caminho a seguir: i) os governos têm autorização constitucional para intervir no domínio econômico (Art.174 CF) para impor condutas que atendam à normas do Art. 170 CF, destacando-se a função social da propriedade, a livre iniciativa, a defesa da concorrência, do meio ambiente e consumidor, a busca do pleno emprego, as desigualdades regionais, o estímulo à micro e pequena empresa; ii) para as empresas há o dever de atuarem conforme normas jurídicas que compõem a ordem econômica constitucional (especialmente aquelas concentradas no Art.170 CF), onde fica nítida a preocupação dos legisladores constituintes com a proteção dos interesses

transindividuais, impondo um dever ser de inclusão na pauta dos gestores corporativos o resgate da ética; iii) e, para a sociedade civil, o compromisso de participar ativa na construção de uma sociedade justa e solidária (Art.3º CF). Com esta interpretação é possível apontar alternativas para viabilizar o estado social em seu contexto moral, político e econômico.

*Palavras-chave:* Estado – Empresa – Políticas Públicas – Desenvolvimento econômico e social

*Período:* 2008/2010

*Situação Atual:* Em andamento

**b) Projeto de Pesquisa: Reflexos e controle das Políticas Públicas na Iniciativa Privada**

**Linha de Pesquisa I: Relações Empresariais, Desenvolvimento e Demandas Sociais**

*Coordenadora:* Profa. Dra. Marlene Kempfer Bassoli

*Descrição do Projeto:*

O Direito Positivo se apresenta como uma camada de linguagem, de cunho prescritivo, que sob aspecto metalingüístico, tem por objeto as realidades empíricas, quer dizer, os fatos trazidos pela experiência das relações intersubjetivas. Para ordenar tais convivências, o Direito é um poderoso instrumento, uma vez que através de seus mecanismos, entre eles a imputação, permite selecionar os valores que uma sociedade com estabilidade espacial, em determinado tempo, pretende ver realizados. A criação do Estado pelos indivíduos permitiu atribuir a responsabilidade de ser agente realizador dos valores que foram elevados à categoria de valores jurídicos e que, em um Estado Constitucional, estão registrados já a partir do preâmbulo da Constituição. Toda a estrutura estatal concebida somente se justifica para que os valores positivados sejam efetivamente realizados. Para tanto, pode-se iniciar o percurso, já partir do processo legislativo de produzir normas abstratas e gerais até alcançar o grau máximo de concretude do valor quando se produz a norma concreta e individual, que por sua vez legitima as ações materiais do Estado. Os dirigentes do Estado que galgaram tal posição em processo democrático de eleição, não têm liberdade para escolha de outros valores. Estão vinculados às escolhas feitas pela sociedade, que no Brasil, ocorreu em outubro de 1988 quando foi promulgada a Constituição da República Federativa. Assim, ao deflagrarem as ações de governo devem estar atentos a tais compromissos, uma vez que por ser o Estado agente regulador, fiscalizador, incentivador e planejador, resta-lhe o dever de cumprir com os ditames constitucionais, apontando as direções a seguir, uma vez que na Constituição de um Estado Social-liberal, há fundamento para diversas ideologias. A sociedade tem o direito de exigir a conformação das ações ou políticas sempre em direção da realização dos valores jurídicos que elegeu. Alguns dos mecanismos destes controles estão já sistematizados pelo Direito. Outros, no entanto, precisam ser indicados e avaliados, devem ser instrumentalizados para que o controle seja efetivo. Com este projeto de pesquisa pretende-se avaliar quais seriam os mecanismos judiciais para controle de políticas públicas e trazer à discussão alternativas de controles que possam servir de substrato para futura posituação. O enfoque deste

controle será nas políticas que têm reflexos diretos e indiretos no setor empresarial, de modo que a iniciativa privada possa efetivamente cumprir com seu papel de agente que deve se somar aos esforços do Estado nas suas intervenções, quando direcionada a efetiva realização dos valores jurídicos.

*Palavras-chave:* Políticas públicas – Constituição –Iniciativa privada.

*Período:* 2004-2006

*Situação Atual:* Concluído – dezembro de 2006.

#### **04 - GRUPO DE PESQUISA:**

### **CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE, POLÍTICAS PÚBLICAS E REFLEXOS NAS RELAÇÕES EMPRESARIAIS**

*Linha de Pesquisa I:* Relações Empresariais, Desenvolvimento e Demandas Sociais

Líderes: Profa. Dra. Soraya Regina Gaspareto Lunardi e

Prof. Dr. Ruy de Jesus Marçal Carneiro

#### **Projeto de Pesquisa vinculado ao Grupo de Pesquisa 04 – Linha de Pesquisa I:**

a) *Projeto de Pesquisa:* **Controle de Constitucionalidade, Políticas Públicas e Inclusão Social**

***Linha de Pesquisa I:* Relações Empresariais, Desenvolvimento e Demandas Sociais**

*Líderes:* Profa. Dra. Soraya Regina Gasparetto Lunardi e

Prof. Dr. Ruy de Jesus Marçal Carneiro

#### *Descrição do Projeto:*

O controle de constitucionalidade em relação aos direitos fundamentais é um tema de extrema riqueza e atualidade, assim como de relevância prática, sendo incontáveis os conflitos em torno de suas formas de aplicação, seus limites e reflexos tanto na área da economia privada como nas áreas sociais. A questão a ser tratada na linha de pesquisa diz respeito aos aspectos econômicos decorrentes do controle de constitucionalidade e da implementação de políticas públicas relativas a direitos sociais e à mutável linha divisória entre o público e o privado. O estudo de implementação de políticas públicas para a inclusão social através do controle de constitucionalidade é um reflexo da inércia do poder legislativo e mesmo do poder executivo. A linha de pesquisa pretende observar e analisar de maneira prioritária a atuação do STF mediante análise detida dos fundamentos dos votos, buscando traçar linhas de interpretação e deixar claros os reflexos econômicos e sociais das decisões em seus aspectos tanto materiais como processuais. Pretende também analisar a chamada horizontalização dos direitos sociais e a exigência da implementação de políticas públicas pelas empresas do setor privado, como ocorre exemplarmente na área da educação, do transporte e da habitação relacionando isso com a responsabilidade do patrimônio privado e do poder público em razão da delegação. O trabalho propõe também o estudo de decisões de cortes constitucionais estrangeiras e de cortes internacionais de direitos humanos para melhor entender a implementação das políticas públicas em âmbito internacional.

*Palavras-Chave:* Controle de constitucionalidade – Políticas Públicas – Inclusão social  
*Período:* 2007/2010  
*Situação atual:* Em andamento

**GRUPOS E PROJETOS DE PESQUISA VINCULADOS À LINHA DE PESQUISA II:**  
***Empreendimentos Econômico Processualidade e Relações Jurídicas***

**05 - GRUPO DE PESQUISA:**

**A TUTELA COLETIVA E AS RELAÇÕES DE CONSUMO**

*Linha de Pesquisa II:* Empreendimentos Econômico Processualidade e Relações Jurídicas

*Líder:* Prof. Dr. José Luiz Ragazzi

**Projeto de Pesquisa vinculados ao Grupo de Pesquisa 05 – Linha de Pesquisa II:**

a) *Projeto de Pesquisa:* **A Tutela coletiva e suas implicações nas relações de consumo**

*Linha de Pesquisa II:* Empreendimentos Econômico Processualidade e Relações Jurídicas

*Coordenador:* Prof. Dr. José Luiz Ragazzi

*Descrição do projeto:*

Tendo em vista a incremento da tutela de direitos, através das denominadas Tutelas Coletivas, visando a celeridade e o alcance difuso dos detentores de nominados interesses, principalmente daqueles que não tem acesso ao Poder Judiciários e ainda daqueles que nem conhecimento de seus direitos possuem, se faz necessário um estudo profundo sobre alguns aspectos dessa espécie de tutela jurisdicional, principalmente no que diz respeito a legitimidade, competência, limites subjetivos da coisa julgada e seus reflexos na esfera econômica de seus atores, sejam eles, consumidores ou fornecedores, concluindo pela sua importância e efetividade no acesso à Justiça, culminando com impacto econômico positivo.

*Palavras-chave:* Tutela Coletiva – Relações de consumo

*Período:* 2008/2010

*Situação Atual:* Em andamento

**06 - GRUPO DE PESQUISA:**

**EMPRESA, MODERNIDADE E MUDANÇA SOCIAL**

*Linha de Pesquisa II:* Empreendimentos Econômico Processualidade e Relações Jurídicas

*Líder:* Profa. Dra. Jussara Suzi Assis Borges Nasser Ferreira

**Projetos de Pesquisa vinculados ao Grupo de Pesquisa 06 – Linha de Pesquisa II:**

a) *Projeto de Pesquisa:* **Responsabilidade Social e Fins Práticos da Empresa**

*Linha de Pesquisa II:* Empreendimentos Econômico Processualidade e Relações Jurídicas

*Coordenadora:* Prof<sup>a</sup>. Dra. Jussara Suzi Assis Borges Nasser Ferreira

*Descrição do Projeto:*

O tema sob investigação visa demonstrar a importância da modernização da secular organização jurídica representada pela empresa. A busca por uma ordem jurídica e social adequada às necessidades e valores da sociedade contemporânea representa ponto de destaque no equilíbrio do universo empresarial. A investigação objetiva identificar os elementos caracterizadores da função social e responsabilidade social da empresa, atrelados a uma sólida estrutura ética. A pesquisa dará ênfase à investigação que deve conduzir à compreensão do conjunto de ações e critérios, através dos quais o empresário moderno deve incluir em seus relacionamentos profissionais os valores jurídicos, éticos, econômicos e políticos. Considerando o pensamento funcionalista e as limitações constitucionais da ordem econômica, o estudo visa desvendar perspectivas plurais para a construção de uma ordem empresarial socializada e direcionada para as complexas relações empresariais contemporâneas. A responsabilidade social nos negócios vem se destacando como novo perfil incorporado às atividades empresariais, visando o desenvolvimento econômico sustentável, a transparência e eticidade dos negócios, frente a globalização, significando maior legitimidade social.

**Palavras-Chaves:** Responsabilidade Social – Empresa.

**Período:** 2007/2010

*Situação Atual:* Em andamento

b) *Projeto de Pesquisa:* **Função Social e Função Ética da Empresa**

*Linha de Pesquisa II:* Empreendimentos Econômico Processualidade e Relações Jurídicas

*Coordenadora:* Prof. Dra. Jussara Susi Assis Borges Nasser Ferreira

*Descrição do Projeto:*

A funcionalização é inerente ao próprio direito. A função social é meio de efetivação dos objetivos do Estado Social. Pode-se afirmar, que não há direito que não vise o alcance de fins sociais. A Constituição Federal funcionaliza institutos clássicos do direito privado. A

intervenção na ordem econômica delimita a autonomia privada assegurando a livre iniciativa. A globalização de mercados exige o repensar da teoria da empresa contemporânea. A complexidade das atividades empresariais extrapola as molduras normativas do direito fazendo emergir quantidade considerável de novas situações negociais, presentes nos mercados globais. O desafio do Estado Social Democrático de Direito está, nesta perspectiva, em efetivar a ordem econômica respeitando suas funções. A funcionalização dos institutos jurídicos vem representando a superação do dogmatismo tradicional, cambiada por uma hermenêutica crítica, investigadora de uma ordem jurídica e social adequada às necessidades e valores da sociedade contemporânea. A empresa contemporânea ressurgiu mais humanizada e voltada em suas funções não só para o interesse econômico, mas também buscando atender aos interesses sociais e éticos. O exercício das atividades empresariais tem como diretriz máxima os princípios constitucionais, informadores da ordem econômica. A livre iniciativa é significativa de estar livre para entrar e permanecer no mercado exercendo livremente suas atividades, respeitados os limites funcionais. Os maiores limites constitucionais à livre iniciativa decorrem do controle do abuso de poder econômico, da proteção ao direito do consumidor e da função social. São princípios específicos, norteadores da função social da empresa, os seguintes: princípio da dignidade empresarial, princípio da moralidade empresarial e princípio da boa-fé empresarial. A função social da empresa delimitada pela ordem econômica constitucional e de acordo com o pensamento funcionalista passa a ser definida na perspectiva da busca de equilíbrio entre os interesses da empresa e os interesses da sociedade de consumo. São ainda funções sociais da empresa: o desenvolvimento regular de suas atividades empresariais com a observância dos mandamentos constitucionais; o dever de atender os interesses coletivos de todos os envolvidos na rede de produção e circulação de riquezas; eleição de políticas econômicas, sociais e éticas, indicativos de preços justos e concorrência leal; geração de empregos; manutenção regular do recolhimento de tributos e por fim, agir de acordo com os usos e costumes sociais. A função social da empresa conduz à responsabilidade social. O direito projetado prevê a alteração do artigo 165 da Constituição Federal instituindo a Carta de Responsabilidade Econômico-social e a obrigatoriedade do balanço social da empresa. Na esteira da função social da empresa desponta a função ética da empresa determinada pelas regras do próprio mercado. Uma empresa que não adote comportamento ético compatível tem dificuldades de se impor nos mercados locais e globais. As funções social e ética da empresa são diferenciais capazes de indicar ao empresário como agir corretamente, maximizando o efeito das ações positivas, assegurando a empresa permanecer no mercado de forma mais humanizada, menos patrimonializada e de forma equilibrada.

*Palavras-chave:* Função social – função ética da empresa

*Período:* 2006

*Situação Atual:* Concluído

**c) *Projeto de Pesquisa: A Dinâmica da Empresa e a Sociedade Civil na Contemporaneidade***

*Linha de Pesquisa II:* Empreendimentos Econômico Processualidade e Relações Jurídicas

*Coordenadora:* Profa. Dra. *Jussara Suzi Assis Borges Nasser Ferreira*  
*Pesquisadora:* Profa. Dra. Maria Christina de Almeida (2004)

*Descrição do Projeto:*

O foco do projeto visa agregar a Teoria Geral do Direito Civil e o Novo Direito da Empresa, constante do Código Civil de 2002. Busca-se com o seu desenvolvimento, o estudo da empresa como sujeito de direitos e obrigações na ordem jurídica que regula as relações entre indivíduos, neste caso, as pessoas jurídicas. Além do enfoque principal, buscar-se-á, também a reflexão e o estudo da empresa, como se ela fosse considerada um ente composto de esferas concêntricas em suas diversas manifestações, como, por exemplo: (a) a da estrutura fixa e estratégica da empresa, (b) a da estrutura dinâmica da empresa (operação), além das conseqüências do contato da empresa com a sociedade civil. Será realizada abordagem adicional dos serviços auxiliares e a estrutura formal da empresa. Além das questões acima suscitadas, buscar-se-á analisar a teia legislativa em que a empresa está inserida e, ainda, os direitos e os interesses da comunidade que a sociedade empresária deverá respeitar e atender, como pode ser verificado em relação às obrigações sociais e ambientais das companhias.

*Palavras-chave:* Empresa - função social - obrigações sociais.

*Período:* 2004/2005

*Situação Atual:* Concluído

**07 - GRUPO DE PESQUISA:**

**MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

*Linha de Pesquisa II:* Empreendimentos Econômicos, Processualidade e Relações Jurídicas

*Líderes:* Prof. Dr. Paulo Roberto Pereira de Souza e Profa. Dra. Adriana Migliorini Kieckhöfer

**Projetos de Pesquisa vinculados ao Grupo de Pesquisa 07 – Linha de Pesquisa II:**

**a) *Projeto de Pesquisa:* Identificação dos Principais Problemas na Gestão e disposição dos Resíduos Sólidos na Atividade Empresarial**

*Linha de Pesquisa II:* Empreendimentos Econômicos, Processualidade e Relações Jurídicas

*Coordenador :* Prof. Dr. Paulo Roberto Pereira de Souza

*Pesquisadora:* Prof<sup>a</sup>. Dra. Adriana Migliorini Kieckhofer

*Descrição do projeto:*

A complexidade da legislação sobre gestão e disposição de resíduos sólidos tem resultado na geração de um passivo ambiental, que poderá onerar significativamente as empresas responsáveis. A presente pesquisa tem por objeto investigar sobre a extensão e profundidade da responsabilidade de empresas em decorrência de passivos ambientais, bem como faz uma análise e interpretação da legislação em vigor objetivando contribuir para prevenir problemas na atividade industrial. A legislação é complexa e abundante e, consiste em leis, resoluções, portarias, instruções normativas, além da necessidade do estudo de normas técnicas. Os objetivos consistem em Identificar os principais problemas

encontrados por empresas na gestão e destinação de resíduos industriais, bem como avaliar a legislação existente procurando soluções para dúvidas e controvérsias que hoje deixam inseguras empresas industriais, em razão de conflitos de competência, de complexidade e quantidade da legislação existente. Os resultados parciais obtidos mostram grande desconhecimento por parte do empresariado em geral sobre a prevenção, administração e mitigação de passivos ambientais. Há também controvérsias sobre a aplicação da extensa legislação ambiental sobre resíduos sólidos industriais. Foram identificados casos onde, por má interpretação da legislação, resíduos que na verdade podem se constituir em insumos energéticos ou matérias primas para reciclagem estão tendo destino inadequado. Em outros casos empresas responsáveis por destinação de resíduos não estão recolhendo embalagens e produtos imprestáveis para uso, apesar de sua responsabilidade legal, o que igualmente gera passivo ambiental.

*Palavras-chave:* Resíduos sólidos – Atividade empresarial

*Período:* 2008/2010

*Situação Atual:* Em andamento.

**b) Projeto de Pesquisa: Conflitos de Direitos Fundamentais na Aplicação do Direito Ambiental nas Relações Empresariais**

*Linha de Pesquisa II:* Empreendimentos Econômicos, Processualidade e Relações Jurídicas

*Coordenador:* Prof. Dr. Paulo Roberto Pereira de Souza

*Pesquisadora:* Profa. Dra. Adriana Migliorini Kieckhöfer

*Descrição do Projeto:*

No exercício de atividades empresariais têm surgido freqüentes conflitos entre a aplicação da legislação

ambiental e os direitos fundamentais, notadamente com o direito à livre iniciativa. O projeto buscará fazer uma análise das relações entre Direito Ambiental e Economia. Outro objetivo será o de identificar os principais conflitos entre a preservação do meio ambiente e o exercício de atividades econômicas. Buscar-se-á proceder a um estudo da constitucionalização do Direito Ambiental com a criação do bem ambiental e avaliar suas implicações no dia-a-dia da empresa. Por meio de uma revisão de literatura e pesquisa de campo buscar-se-á identificar os principais conflitos surgidos entre o direito à livre iniciativa e exercício de atividades empresariais e a preservação do meio ambiente equilibrado. Identificados os principais problemas o projeto buscará identificar soluções e proceder a uma avaliação jurídica do tratamento dado aos problemas identificados, nos níveis administrativo e jurisdicional. Espera-se chegar a um conhecimento sobre a conflituosidade existente entre a busca do desenvolvimento sustentável e os limites estabelecidos para a atividade empresarial.

*Palavras-chave:* Meio Ambiente - Conflitos Ambientais - Economia Ambiental - Direito Ambiental.

**Período: 2005/2007**

**Situação Atual: Concluído**

### **08 - GRUPO DE PESQUISA**

#### **NEOLIBERALISMO, GLOBALIZAÇÃO E SOBERANIA NACIONAL**

*Linha de Pesquisa II: Relações Empresariais, Desenvolvimento e Demandas Sociais*

*Líderes: Profa. Dra. Walkiria Martinez Heinrich Ferrer e*

*Profa. Dra. Suely Fadul Villibory Flory*

#### **Projetos de Pesquisa vinculados ao Grupo de Pesquisa 08 – Linha de Pesquisa II:**

a) *Projeto de Pesquisa: Neoliberalismo no Brasil: Fundamentos Políticos e Econômicos*

***Linha de Pesquisa I: Relações Empresariais, Desenvolvimento e Demandas Sociais***

*Coordenadora: Profa. Dra. Walkiria Martinez Heinrich Ferrer*

*Pesquisadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Suely Fadul Villibor Flory*

#### *Descrição do Projeto:*

O grande desafio das diversas ciências e estudiosos para este início de século consiste em desvendar os novos paradigmas gerados pelo chamado processo de globalização e sua expressão política, o neoliberalismo. Considerado um dos responsáveis pelo avanço da mundialização do capital, a base teórica do neoliberalismo reflete os ideais da burguesia revolucionária do século XVIII e da conseqüente instauração do Estado Liberal, certamente resguardadas as devidas ressalvas em termos de contexto político econômico. No Brasil, as transformações econômicas ocorridas durante a década de 1990, tendo início com o governo Collor e intensificadas no governo de Fernando Henrique Cardoso, refletiram em grande parte as orientações do chamado Consenso de Washington, considerado o "manual do neoliberalismo", como, por exemplo, abertura comercial, estabilização da moeda, privatização e ajuste fiscal. Algumas destas orientações puderam ser observadas no Brasil durante a década de 1990, como o amplo processo de privatização e o "plano real", clara expressão do postulado neoliberal. Neste sentido esta análise procura resgatar a extensão das "orientações" do chamado Consenso de Washington na política econômica adotada no Brasil durante a década de 1990.

*Palavras-chave: Neoliberalismo no Brasil – Fundamentos econômicos e políticos*

*Período: 2008/2010*

*Situação Atual: Em andamento*

b) *Projeto de Pesquisa: A Nova Ordem Mundial e as Condições Sócio-Econômicas do Brasil na Década de 90: Desigualdade ou Prosperidade Social?*

*Linha de Pesquisa II: Relações Empresariais, Desenvolvimento e Demandas Sociais*

*Coordenadora:* Profa. Dra. Walkiria Martinez Heinrich Ferrer

*Pesquisadora:* Profa. Dra. Suely Fadul Villibory Flory

**Descrição do Projeto:**

Durante a década de 90 o Brasil passou por profundas transformações decorrentes da nova ordem mundial e das políticas governamentais adotadas desde o início do governo Collor, tendo em vista a inserção do país no mercado mundial. Abertura comercial, amplo processo de privatização, inovações tecnológicas, ajuste fiscal e, como conseqüência, crescimento econômico, foram questões amplamente discutidas pelos meios de comunicação. Em contrapartida, verificamos as conseqüências sociais do livre comércio adotado pelo programa neoliberal, a abertura de mercado e a livre concorrência propiciaram um aumento no volume de importações o que ocasionou o fechamento de um grande número de pequenas e médias empresas e, como conseqüência a eliminação de 1,2 milhão de postos de trabalho, acentuando drasticamente as taxas de desemprego verificadas durante a década de 90,. A questão do desemprego nos remete, em termos sociais, à questão central do chamado processo de globalização, ou seja, os comumente designados como excluídos. Teoricamente a taxa de desemprego deveria estar em uma correlação inversa ao crescimento econômico, o que não pode ser constatada no Relatório das Nações Unidas de 1999, onde aponta uma queda do Brasil do ranking mundial de Desenvolvimento humano. O presente estudo procura estabelecer a correlação entre as taxas de desemprego verificadas durante a década de 90, em decorrência das transformações advindas do chamado processo de globalização, e a queda da posição do Brasil no Relatório das Nações Unidas para o Desenvolvimento “Globalização com uma face Humana” (1999), com o objetivo de demonstrar a correlação inversa entre as taxas de desemprego e o chamado “índice de pobreza” verificado no país durante a década de 90, retratado pelos Relatórios do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento, especificamente de 1996 (Crescimento Econômico e Desenvolvimento Humano) e 1999 (Globalização com uma face humana).

*Palavras-chave:* Desigualdade – prosperidade social – crescimento econômico.

Período: 2006/2007

Situação Atual: Concluído

a) Projeto de Pesquisa: **Estado-Nação e Neoliberalismo no Brasil: Os Reflexos da Globalização na Soberania Nacional**

**Linha de Pesquisa I: Relações Empresariais, Desenvolvimento e Demandas Sociais**

Coordenadora: Profa. Dra. Walkiria Martinez Heinrich Ferrer

**Descrição do Projeto:**

Esta pesquisa baseia-se no estudo da possível interferência do chamado processo de globalização, e sua expressão política o neoliberalismo, na soberania nacional, visto que o referido processo acarretou transformações nos aspectos sociais, políticos e econômicos da grande maioria das nações. Para tanto, a etapa inicial do trabalho consiste no levantamento histórico do conceito clássico de soberania (Bodin, Hobbes, Locke, Rousseau e Montesquieu), onde foi verificada sua inviabilidade para a atualidade, pois estamos diante de um momento histórico complexo, múltiplo e contraditório. Posteriormente pretende-se a análise do contexto atual, ou seja, as principais

características do chamado processo de globalização e do programa neoliberal, assim como algumas conseqüências no Brasil, principalmente no que diz respeito ao papel do Estado na atualidade, enfatizando a questão da soberania, tanto a interna quanto a externa. O período histórico selecionado para a análise consiste na década de 1990, precisamente no governo de Fernando Collor de Mello, visto como o início do processo de inserção do país na nova ordem mundial, e posteriormente intensificado no governo de Fernando Henrique Cardoso, caracterizado por amplo processo de privatização, estabilidade monetária, assim como outras medidas políticas, econômicas e sociais. A presente pesquisa pretende concluir a análise com uma abordagem acerca do conceito de soberania na atualidade, já que o conceito clássico tornou-se inviável frente às transformações político-econômicas advindas da nova ordem mundial.

*Palavras-Chave:* Globalização – neoliberalismo – soberania nacional.

*Período:* 2004-2005

*Situação Atual:* Concluído

### **GRUPO DE PESQUISA DESATIVADO:**

#### **GRUPO DE PESQUISA:**

##### **EMPRESA, DIREITO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

*Linha de Pesquisa II:* Empreendimentos Econômicos, Processualidade e Relações Jurídicas

Líder: Prof. Dr. *Oscar Ivan Prux* (2004 a 2006)

#### **Projeto de Pesquisa vinculado ao Grupo de Pesquisa:**

a) Projeto de Pesquisa: ***A Empresa Brasileira, a Regulação Estatal e o Princípio da Livre Iniciativa***

Coordenador: Prof. Dr. *Oscar Ivan Prux*

Pesquisador: Prof. Dr. *Nelson Borges* (2004)

##### *Descrição do Projeto:*

O projeto tem por objetivo formatar os contornos da relação entre a empresa brasileira e o intervencionismo estatal, no ambiente contemporâneo de mundialização do capital. Preocupa-se primeiramente com aspectos metodológicos e conceituais que informam a interface entre direito e economia. Principia com revisão bibliográfica de autores que percebem o econômico oxigenando o direito. Estabelece diálogo com textos marxistas que configuram o direito como categoria de superestrutura, em oposição a modelos econômicos de infra-estrutura. Avança para a tradição weberiana que centra o direito como racionalização do mundo da vida, da Lebenswelt, regulamentando burocraticamente todos os instantes da vida produtiva. Centra-se na tradição do movimento Law and Economics, vinculado à direita norte-americana, demorando-se em Richard Posner, em princípios de eficiência, no teorema de Coase. Bem desenhada a base metodológica, o projeto avança para o esmiuçamento de temas vinculados a ensaios explicativos dos porquês da interferência do Estado na atividade empresarial. É quando o projeto encontra-se com os corifeus do neoliberalismo, a exemplo de Friedman e de Hayek e de seus críticos, a propósito de Michael Hardt, de Antonio Negri, de Joseph Stiglitz e de

François Chesnais. Desenharam-se os atores: FMI, Banco Mundial, OMC. Explicita-se o Consenso de Washington. Aprende-se o cardápio recessivo do FMI para a periferia do sistema globalizado, compreendendo-se os desideratos do capital internacional para o Brasil: mão-de-obra barata, reserva de recursos ambientais e fonte de retorno fácil para capital aplicado, por meio da atividade bancária e de imposições fiscais. O projeto em seguida percebe o papel da empresa brasileira nesse contexto, quando refém de amplo intervencionismo estatal que se diz mínimo, vê-se obrigada a despedir empregados, reduzir custos, recolher tributos, sustentar a máquina burocrática. O projeto então ganha foros epistemológicos mais pragmáticos e faz incursões mais práticas, sentindo estatisticamente a situação do empresariado da região de origem dos mestrandos. Trata-se, pois de análise interdisciplinar da internacionalização das reformas macroeconômicas atuais e seus reflexos na atividade empresarial brasileira. Vislumbra a complexa normatividade de um mundo de instabilidade financeira, tratando o chamado trilema regulatório evidenciado por Michel Chossudovsky, que se preocupou com o papel simbólico da normatividade jurídica num mundo dirigido por interesses de um capitalismo internacional voraz e agressivo, que reprograma as relações entre a empresa brasileira e o papel do Estado.

*Palavras-chave:* Estado – Mundialização do capital – Livre iniciativa

*Período:* 2004-2006

*Situação Atual:* concluído – dezembro – 2006.

Marília, junho de 2010.

**Profa. Dra. Jussara S. Assis Borges Nasser Ferreira**  
**Coordenadora do**  
**Núcleo de Pesquisa**

**Profa. Dra. Maria de Fátima Ribeiro**  
**Coordenadora do**  
**Programa de Mestrado em Direito**